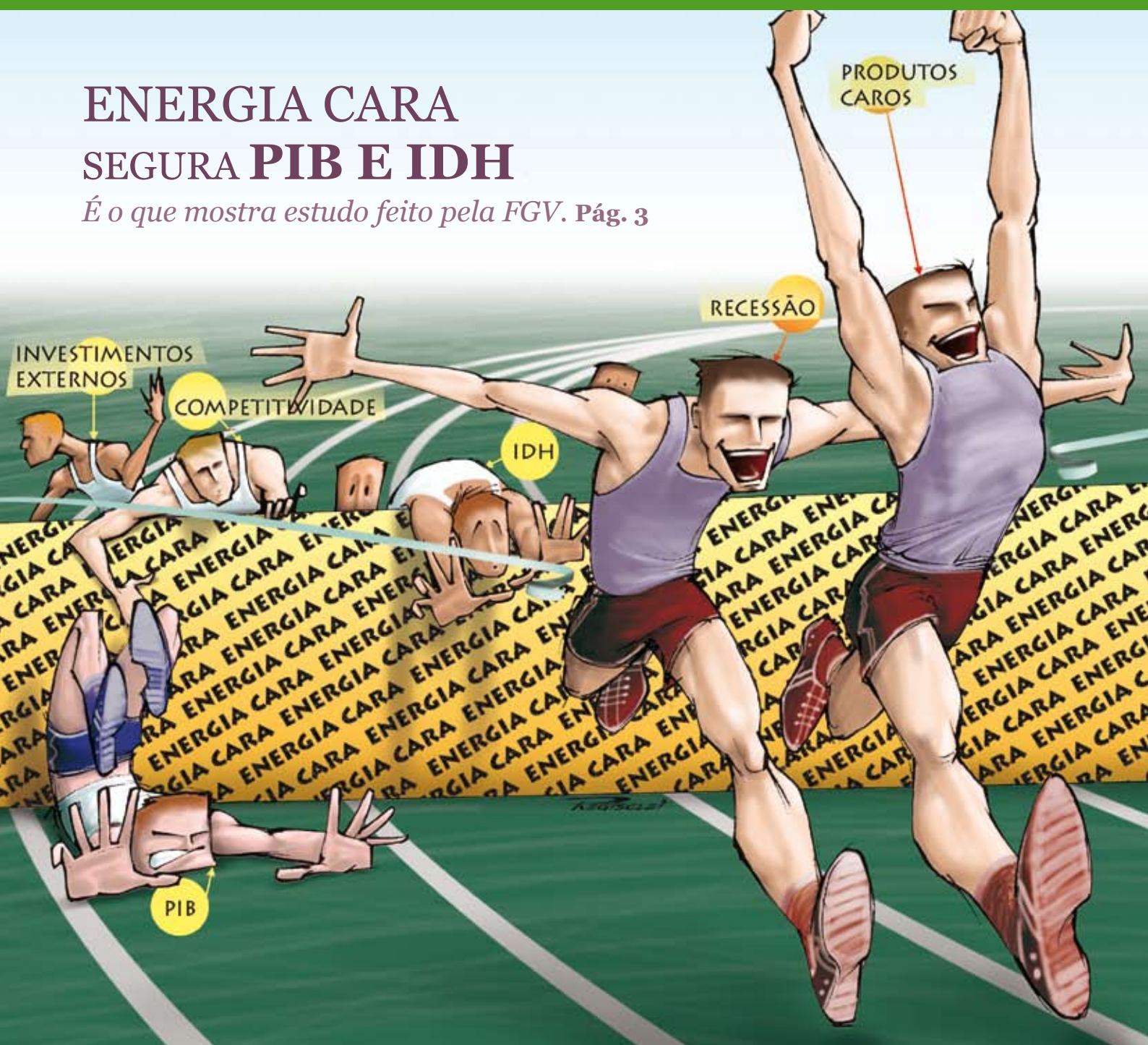


ENERGIA CARA SEGURA PIB E IDH

É o que mostra estudo feito pela FGV. Pág. 3



>> PEC

Novos estudos e propostas em prol da competitividade energética marcam segunda etapa do Projeto.

Pág. 2

>> TALKSHOW

Associações setoriais, representantes de órgãos governamentais e empresários se reúnem para discutir competitividade da indústria.

Pág. 4



INTENÇÃO DESENVOLVIMENTISTA

por *Érico Sommer**

O Projeto Energia Competitiva (PEC), desenvolvido pela ABRACE desde 2006, toma novo impulso a partir dos recentes estudos técnicos e análises conjunturais elaborados pela nossa equipe para fundamentar nossas contribuições em prol da preservação da competitividade energética no País. Temos

propostas de curto, médio e longo prazos, assentadas em bases sólidas e alinhadas com uma intenção desenvolvimentista.

Ao criar o PEC, nosso objetivo é compartilhar, com governantes, parlamentares e dirigentes setoriais, o conhecimento que a ABRACE reúne ao congregar algumas das maiores indústrias brasileiras entre suas associadas. As experiências das companhias representadas pela Associação, em diversos setores, são fontes de informação importantes na busca de soluções para que o País alcance uma situação mais cômoda em termos de disponibilidade energética a preços competitivos.

As diretrizes gerais de atuação da ABRACE no âmbito do PEC são redução dos encargos, desoneração dos investimentos e apoio à expansão do sistema hídrico no Brasil. Nesta edição do “ABRACE Notícias”, tratamos dos desdobramentos de cada um desses temas, destacando, na página 4, os estudos mais recentes e específicos envolvendo a questão do gás natural, comercialização de energia e os Encargos de Serviços do Sistema (ESS), entre outros.

A reportagem principal demonstra quanto o alto custo da energia dificulta a competitividade industrial e impacta negativamente o ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Esta edição pretende, ainda, informar os leitores sobre a conferência do PEC, promovida pela ABRACE, que será realizada no dia 30 de outubro, em São Paulo, e contará com a presença de representantes dos governos federal, estaduais e municipais, dirigentes de órgãos setoriais, presidentes e conselheiros de várias associações do setor elétrico e diversos especialistas, todos dispostos a pensar e a dialogar sobre a competitividade energética no País.

Boa leitura!

** Érico Sommer é presidente do Conselho Diretor da ABRACE.*

PEC: UMA NOVA ETAPA

O evento “**ENERGIA COMPETITIVA: Contribuindo para o crescimento do Brasil**”, promovido pela ABRACE, marcará o lançamento da nova etapa do Projeto Energia Competitiva (PEC), criado pela Associação em 2006. Concebido no formato de um *talkshow* mediado pela comentarista da GloboNews Cristiana Lôbo, o encontro contará com a participação do senador Aloizio Mercadante, do ex-ministro da Economia, Fazenda e Planejamento Marcelo Marques Moreira e do presidente da Braskem, Bernardo Gradin. O presidente do Conselho Diretor da ABRACE, Érico Sommer, participará da abertura dos trabalhos e fará seu pronunciamento em nome da Associação e em defesa da modicidade nos custos da energia como garantia à continuidade da competitividade da indústria brasileira.

Durante as atividades também haverá o lançamento do relatório da consultoria Ernst & Young, intitulado “Brasil Sustentável – Horizontes da competitividade industrial”. Com base no relatório, a consultoria fará sua apresentação abordando a importância da energia como insumo para a viabilização do desenvolvimento sustentável nas próximas duas décadas, considerando os efeitos de longo prazo das escolhas energéticas sobre o conjunto das atividades econômicas.

O estudo traz, ainda, o ranking dos maiores mercados consumidores de energia em 2030, as fontes energéticas mais utilizadas nesse período, um comparativo entre crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e oferta de energia no Brasil, além das fontes alternativas que deverão ser incluídas na matriz energética do País nos próximos 22 anos. O relatório sobre competitividade analisa a situação do Brasil sob a ótica do desenvolvimento tecnológico, comparando o País com nações desenvolvidas e emergentes.

Além dos participantes do *talkshow*, o evento contará com a presença de representantes de vários órgãos governamentais do setor elétrico, de dirigentes de associações setoriais e de empresas energointensivas, além de parlamentares.

O **ENERGIA COMPETITIVA** será realizado no dia 30 de outubro, em São Paulo, no Hotel Renaissance, situado na Alameda Santos, 2233. As atividades serão iniciadas com o credenciamento, das 8h30 às 9h. Após o *talkshow*, haverá um almoço de encerramento a partir das 12h.



IMPACTO DA ENERGIA CARA NA ECONOMIA

Estudo mostra que PIB e IDH podem sofrer reduções significativas em seu ritmo de crescimento

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nacionais poderão sofrer reduções significativas em seu ritmo de crescimento devido aos aumentos dos preços da energia previstos para até 2015. A conclusão provém da pesquisa “Efeitos do Preço da Energia no Desenvolvimento Econômico”, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), por encomenda da ABRACE.

O objetivo da pesquisa foi analisar o impacto da elevação do preço da energia sobre a competitividade industrial brasileira e seus desdobramentos na economia. O estudo demonstra que energia cara e falta de disponibilidade são fatores altamente recessivos, uma vez que dificultam investimentos em expansões industriais, provocam aumento dos preços finais dos produtos tanto no mercado interno quanto no exterior, reduzem a atratividade do Brasil para investimentos internacionais, além de contribuir para a redução do poder aquisitivo dos cidadãos.

Em relação ao crescimento da economia nacional, o estudo prevê uma redução de 7,1 pontos percentuais no crescimento do PIB do Brasil até 2015, considerando que o custo da energia aumentará 34,5% para o setor industrial e 20,4% para a média dos consumidores no período. A redução de crescimento do PIB equivale a uma perda anual de R\$ 223 bilhões no fluxo de renda.

A renda per capita dos brasileiros também seria encolhida pela pressão dos custos energéticos. Essa taxa subiria 31,5%, até 2015, com os custos de energia estáveis, e apenas 19,1%, no cenário de aumento de preços. Outro índice afetado seria o IDH, hoje calculado em 0,800. Com energia mais cara, ficaria em 0,813; e em 0,825, considerando estabilidade de preços até 2015. O Brasil ocupa o 70º lugar no ranking de IDH e, em relação ao grupo BRIC, de países emergentes, está abaixo da Rússia (0,802) e acima da China (0,777) e da Índia (0,619).

Carga pesada

O que incide sobre o consumo industrial de energia

ENCARGOS
Reserva Global de Reversão (RGR)
Conta de Consumo de Combustíveis (CCC)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)
Encargo de Serviços do Sistema (ESS)
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)
Encargos sobre Energia de Reserva (EER)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

No caso de setores energointensivos, cuja maioria é formada por produtores de insumos para indústrias de transformação, o impacto do custo energético elevado acaba sendo propagado por toda a cadeia produtiva, resultando em substituição dos insumos nacionais por importações, redução de demanda, perda da competitividade industrial nacional e um conseqüente ciclo recessivo.

A pesquisa reforça a idéia de que energia a preços competitivos é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País e funciona como um alerta para órgãos setoriais, para o governo e para as próprias indústrias na busca de soluções capazes de evitar que a previsão apontada pela FGV realmente aconteça.

Nesse sentido, a ABRACE propõe, por meio do Projeto Energia Competitiva (PEC), por exemplo, a redução de encargos setoriais e tributos como forma de incentivo à competitividade industrial, uma vez que 47% do valor pago pelo megawatt no Brasil correspondem a algum tipo de recolhimento tributário.

Ainda no âmbito do PEC, a ABRACE sugere a extinção da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), por meio da conexão do sistema isolado regional ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Outra proposta é a modificação da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), de forma a evitar que os recursos recolhidos com o tributo sejam usados no financiamento da construção de gasodutos.

Os estudos técnicos e as análises conjunturais realizados pela instituição sob a estrutura do PEC incluem propostas para o aprimoramento e o desenvolvimento do setor energético do País e, dessa forma, contribuem para o planejamento do setor energético nacional, tendo como foco a competitividade industrial e o crescimento econômico do Brasil.

IMPOSTOS
Imposto de Renda (IR)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)
Imposto sobre Serviços (ISS)
Cofins
Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS)
OUTROS
Contribuição à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)

PELA COMPETITIVIDADE

Novas análises e estudos realizados pela ABRACE no âmbito do Projeto Energia Competitiva (PEC) resultam em propostas em prol da competitividade energética no País. A seguir, apresentamos algumas das propostas do PEC.

Gás natural

A indústria de gás natural no Brasil carece, fundamentalmente, de concorrência. Essa é a conclusão da ABRACE, com base em estudos realizados sob a estrutura do PEC. Por intermédio do Projeto, a instituição analisa questões sobre regulamentação, preço e suprimento de gás e tem contribuído para a evolução da indústria gasífera, com a apresentação de sugestões a órgãos setoriais e a parlamentares.

A ABRACE tem acompanhado a tramitação da Lei do Gás, no Senado Federal, e exposto suas considerações a parlamentares. Os principais pontos defendidos pela Associação são o livre acesso a gasodutos de transporte, a permissão de produção e importação para consumo próprio e a distinção entre as atividades de distribuição e de comercialização de gás natural.

Com a aprovação dessas propostas, a Lei do Gás seria um marco adequado para apoiar a evolução da indústria de gás no Brasil, regulando a participação de vários agentes nas diversas etapas da cadeia do gás natural. Do contrário, se constituiria em uma defesa rígida do viés monopolista hoje presente nessa indústria.

Quanto ao preço do gás, a ABRACE defende a manutenção do controle de tarifas, enquanto não houver uma efetiva competição entre for-

necedores do insumo. Atualmente, uma única empresa controla a oferta e a política de preços, causando grande instabilidade no mercado e imprevisibilidade quanto a custos futuros.

Em relação ao suprimento, novamente o viés monopolista da regulamentação compromete a participação de novos agentes como ofertantes de gás natural e a conseqüente evolução da indústria gasífera nacional. O mercado se encontra na expectativa do cumprimento do plano de negócios da Petrobras no que tange ao aumento da oferta de gás natural nacional.

Comercialização de energia

A ABRACE advoga que os consumidores livres possam comercializar livremente seus excedentes contratuais de energia como forma de aumentar a oferta de lastro de energia, hoje em falta, no mercado. Segundo as análises do PEC, essa permissão legal facilitaria a gestão energética das empresas e incentivaria, inclusive, investimentos em eficiência energética. Em defesa dessa proposição, a ABRACE apresentou sugestão de alteração do Decreto nº 5.163, de 2004, ao Ministério das Minas e Energia (MME), e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Consumidor livre

O acesso à energia para consumidores livres motivou uma série de análises conjunturais realizadas pela ABRACE, no âmbito do PEC. Essas análises resultaram em algumas propostas a fim de se garantir a isonomia de participação de consumidores livres e distribuidoras em leilões de energia nova e o acesso dos agentes do mercado livre à energia nova e existente.

A ABRACE pleiteia a alteração do Decreto nº 5.163, de forma a regulamentar a participação dos consumidores livres nos leilões de energia nova. Apóia sua proposição no fundamento de que é obrigação do Estado garantir o atendimento à demanda nacional de energia elétrica em ambos ambientes de contratação, tanto cativo quanto livre.

Quanto à energia existente, a ABRACE entende que o governo deve estruturar, o quanto antes, o modelo de renovação dos contratos, que vencerão a partir de 2012, estabelecendo a destinação de uma parcela dessa energia aos consumidores livres e definindo uma metodologia de preços capaz de evitar o eventual aumento no preço da energia, proporcionando, assim, acesso à energia existente a preços justos e de forma isonômica a consumidores livres e regulados.

Encargo de Serviços do Sistema (ESS)

Os consumidores industriais, comerciais e residenciais de energia vêm sustentando, sozinhos, a segurança energética do Brasil por meio do Encargo de Serviços do Sistema (ESS), cuja conta já superou R\$ 1,4 bilhão no primeiro semestre de 2008. Essa situação motivou a ABRACE a apresentar uma série de reivindicações aos órgãos setoriais e a mover uma ação judicial contra a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), objetivando a revisão do modelo de cobrança do encargo.

A ABRACE defende o rateio da conta de ESS entre todos os agentes do mercado nacional de energia elétrica, uma vez que todos se beneficiam da segurança energética.

Expediente

Esta é uma publicação da ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres

Coordenadora

Patrícia Arce
diretora técnico-regulatória da ABRACE

Execução



Jornalista responsável

Odete Pacheco (MTB 15.268)

Reportagem

Daniela Lessa

Diagramação

Karine Pacheco

Ilustração capa

Regiscler

Revisão

Roberta Favetta

Fone:

(0xx11) 2139 7550

e-mail

abrace@abrace.org.br
sp4com@sp4com.com.br

